



# PRIMEIRO REINADO

PRIMEIRO REINADO (1822-1831)



Bandeira do Brasil Império

A história da Monarquia no Brasil, apesar de curta, foi bastante intensa. Em menos de 100 anos de existência, foi garantida a integridade do território nacional, quase do mesmo tamanho que se tem atualmente; a identidade nacional foi forjada; a forma de fazer política no Brasil, para o bem ou para o mal, foi desenvolvida também durante a monarquia. Enfim, o Brasil enquanto entidade nacional independente nasce sob o regime monárquico.

E diferentemente de outros países da América Latina, que também proclamaram sua independência, o primeiro soberano do Brasil não foi um filho da terra. Ele não era brasileiro. Aliás, o termo “brasileiro” poderia soar ofensivo em 1822, e volta e meia, era utilizado para ofender um adversário.

O primeiro governante do Brasil era também herdeiro legítimo do trono português. Mas para entender 1822, precisamos retroceder até 1820.

## AS CORTES PORTUGUESAS EXIGEM O RETORNO DA CORTE EM 1821

Após a Revolução Liberal do Porto, de 1820, os militares e burgueses portugueses, que nela tomaram parte, passaram a exigir o retorno de D. João VI para Portugal, a fim de que ele assinasse uma Constituição. Dessa maneira, o país lusitano inseria-se numa onda de revoluções liberais que, da mesma forma que aquela de 1830, buscava minar a política do Antigo Regime na Europa.



Em 1821, D. João VI e sua Corte retornam para Portugal, mas habilmente, o monarca português deixa no Brasil o seu filho Pedro. Apesar deste episódio sempre ter sido romantizado pela historiografia oficial, como o **Dia do Fico**, e com a célebre frase que D. João teria dito a seu filho, que seria melhor que ele viesse a ser soberano do Brasil, caso este viesse a se tornar independente, estes dados podem e devem ser analisados de forma mais crítica.



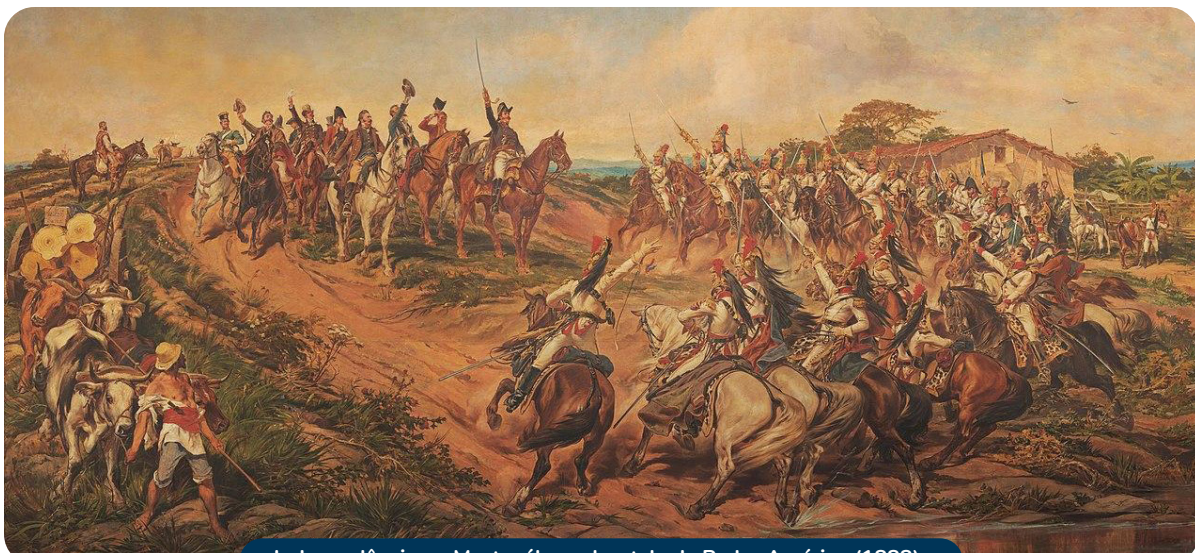
Representação do Dia do Fico

O jovem D. Pedro I

## O PROCESSO DA INDEPENDÊNCIA

O Brasil, ainda um Reino Unido a Portugal, havia enviado seus representantes às Cortes portuguesas para participar das negociações e debates. Quando ficou claro que os portugueses queriam que o Brasil voltasse à condição de colônia, a questão da independência política passou a ser pensada seriamente.

Na realidade, o Brasil havia perdido progressivamente o seu status de colônia de Portugal desde 1808. Primeiramente, com a Abertura dos Portos em 1808. E, posteriormente, com a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815. Curiosamente, apesar da independência do Brasil ser contada a partir de 1822, ele foi considerado ainda Reino Unido a Portugal e Algarves até os portugueses reconhecerem a independência em 1825.



Independência ou Morte, óleo sobre tela de Pedro Américo (1888).



Havia diferentes tendências políticas no Brasil, mas basicamente tinha o grupo liberal radical, adepto da formação de uma república representativa; os liberais moderados, favoráveis a uma monarquia constitucional e, finalmente, os realistas, favoráveis a permanência da União com Portugal. Os liberais moderados foram chamados de **Partido Brasileiro**, e os realistas de **Partido Português**.

No fim, o fato de D. Pedro ter tomado para si a tarefa de proclamar e consolidar a separação política com Portugal, fez com que fosse garantida a **integridade territorial do país**, pois a figura do imperador trazia unidade para o Brasil.

### FORMAÇÃO DE UMA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE (1823)

Uma das primeiras medidas necessárias para qualquer nova nação ou regime político que se forma, é a convocação de uma Assembleia Constituinte, composta por deputados e senadores, para redigir uma nova Constituição. A Constituição é o conjunto de leis que não só determinam o funcionamento de um país, mas também os direitos e deveres dos cidadãos e governantes.



Região da Praça XV, como Paço Imperial do lado esquerdo, local de residência e despacho dos Imperadores do Brasil.

Porém, não houve um acordo entre D. Pedro e os deputados e senadores. Enquanto estes elaboraram uma constituição de tipo liberal, que limitava os poderes do imperador. Este, insatisfeito, rejeitou a constituição e mandou fechar a Assembleia Constituinte, prendendo seus deputados e senadores.

### A CONSTITUIÇÃO DE 1824

D. Pedro I, tinha o apoio dos militares. Ao fechar a Assembleia Constituinte e rejeitar o projeto de constituição que havia sido elaborado, o imperador obriga todos a aceitarem, em 1824, uma constituição elaborada por políticos de sua confiança. Em outras palavras, **a Constituição de 1824 foi outorgada**. Ela foi a primeira do Brasil, e definiu entre outras coisas:

- ▶ Forma de governo: Monarquia;
- ▶ Território brasileiro dividido em províncias;
- ▶ **4 poderes:** Executivo, Legislativo, Judiciário de Moderador;



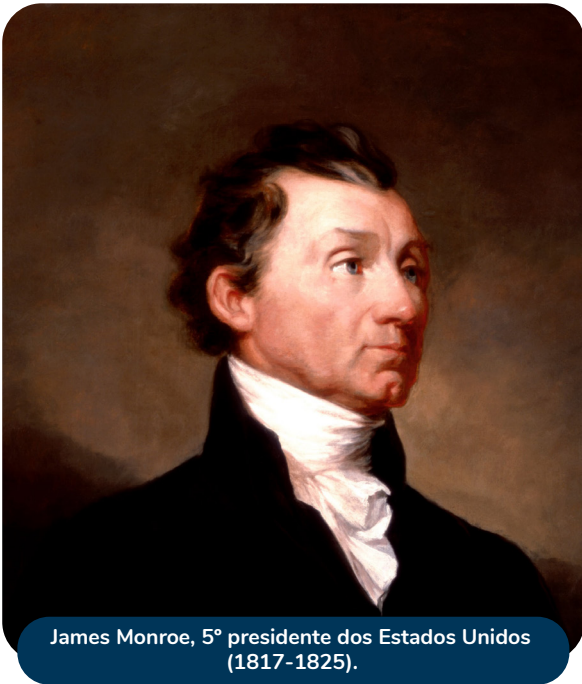
- ▶ **Voto censitário:** para votar era necessário ter determinada renda anual;
- ▶ Igreja Católica subordinada ao Estado;
- ▶ Padroado régio: por este dispositivo o Estado assumia certas funções eclesiásticas

## O RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA (1824-25)

O primeiro país a reconhecer a independência do Brasil foram os Estados Unidos, em 1824. O motivo era a **Doutrina Monroe**. Este era um dispositivo automático pelo qual os estadunidenses reconheciam a independência de qualquer nova nação do continente.



Constituição de 1824



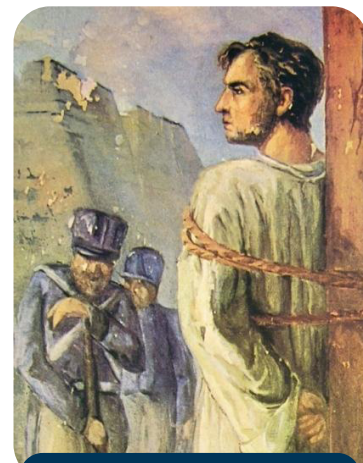
James Monroe, 5º presidente dos Estados Unidos (1817-1825).

Mas o reconhecimento mais importante, aquele de Portugal, só viria em 1825, após o recém-formado Império do Brasil ter concordado indenizar a antiga metrópole com a soma de 2 milhões de libras. O mais curioso disso é que o Brasil não possuía essa soma gigantesca de dinheiro. Sendo assim, o Império pediu o valor emprestado da Inglaterra, contraindo assim a sua primeira dívida externa. Por sua vez, o dinheiro pedido por Portugal era exatamente quanto eles deviam para a Inglaterra. No fim de tudo, o que aconteceu foi que o Brasil assumiu a dívida de Portugal com a Inglaterra, e no final de tudo, acabou tendo que pagar muito mais do que 2 milhões de libras.

## CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR (1824)

E a revolução, mais uma vez, estourou na província de Pernambuco, que junto ao Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, decidiram se separar do Império e constituir uma república sob o nome de **Confederação do Equador**.

Os motivos eram basicamente os mesmos da Revolução Pernambucana de 1817, a insatisfação com o governo central do Rio de Janeiro, que exigia impostos de todas as províncias, e o desejo de autonomia por parte do Nordeste. Mais especificamente, os líderes locais de Pernambuco,



Fuzilamento de Frei Caneca



como **Frei Caneca** e **Manoel de Carvalho**, opunham-se à Constituição outorgada de 1824. Assim, a Confederação do Equador pode ser vista também como uma reação à dissolução da Assembleia Constituinte de 1823.

A reação de D. Pedro I foi violenta. Ele despachou para o Recife uma frota de mercenários britânicos liderada pelo almirante Cochrane, que com facilidade desmantelou o movimento. Vencida a resistência, líderes como Frei Caneca e o Padre Mororó foram executados.

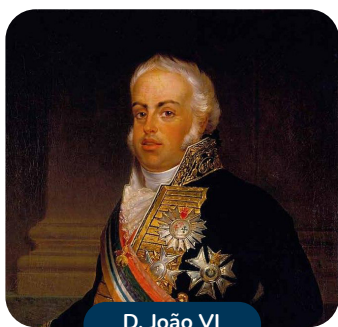
## GUERRAS NAS CISPLATINA (1825-1828)

Como já mencionado anteriormente, a chamada Província Cisplatina, ao sul do Brasil, atendeu a uma manobra política da Princesa Carlota Joaquina. Esta, por fazer parte da nobreza espanhola, julgava-se no direito de possuir aquele território, trabalhando então para que fosse incorporado ao Brasil.

Mas em 1825, as chamadas **Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina)** declararam guerra ao Brasil pelo controle do território, que era a única província do império de língua espanhola. A guerra durou três anos e deixou o governo imperial desgastado. No final, a República Oriental do Uruguai proclamou sua independência em 1828.



A Província Cisplatina encontra-se destacada em vermelho.



D. João VI

## A QUESTÃO DA SUCESSÃO DO TRONO DE PORTUGAL

Após a morte de D. João VI em 1826, D. Pedro I alimentou o desejo de ocupar, ao mesmo tempo, o trono do Brasil e o trono de Portugal. No fundo, ele queria manter a ideia de um Reino Unido de Portugal e Brasil. Mas ele possuía um irmão, D. Miguel, que também estava interessado no trono português. Por outro lado, nem os portugueses nem os brasileiros estavam interessados na união dos dois reinos. Assim, muitos apoiaram D. Miguel em Portugal e, no caso de D. Pedro, sua popularidade no Brasil caiu muito depois que o povo percebeu o seu interesse por Portugal.



D. Pedro I

## ABDICAÇÃO DE D. PEDRO I (1831)

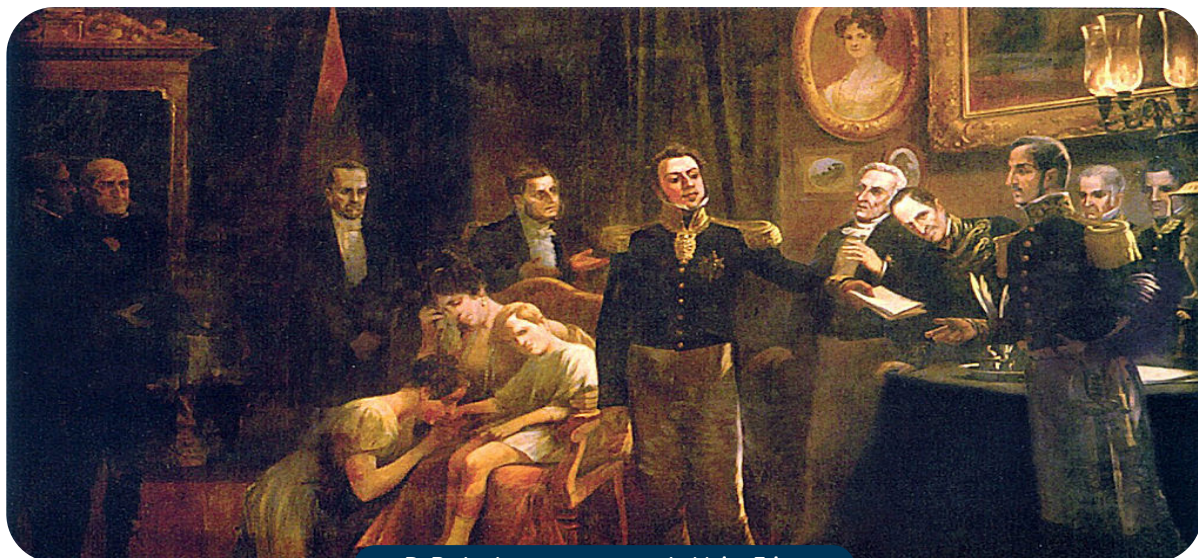
No final do ano de 1830, o jornalista Líbero Badaró, um grande crítico de D. Pedro I, foi assassinado. Imediatamente, o povo passou a acusar o imperador de ser o mandante do assassinato.



Jornalista Líbero Badaró

D. Pedro, que já não gozava de boa fama por causa do seu autoritarismo e pelo seu interesse em lutar pelo trono português, teve a sua popularidade destruída. Não vendo alternativa, ele decide por fim abdicar do trono em favor do seu filho de 5 anos de idade, Pedro de Alcântara. Como já tinha interesses no trono português, D. Pedro partiu para Portugal sem remorso, em 1831.

Evidentemente, o menino Pedro de Alcântara não iria governar o Brasil enquanto não atingisse a maioridade. Sendo assim, a Constituição previa nesse caso a formação de um governo regencial, que assumiria o governo do império até a maioridade do herdeiro ao trono. Portanto, entre 1831 e 1840, o Império entrou numa nova fase, conhecida como Período Regencial.



D. Pedro I entrega a carta do Major Frias



ANOTAÇÕES

---

---

---

---

---